



PROJETO DE LEI Nº _____ GVEF/CMPV/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PROTOCOLO

Gerência das Comissões
Projeto de Lei Ordinária nº **5000/2025**

DATA: **16/12/2025**

HORA: **09h:09m**

"Dispõe sobre a obrigatoriedade de restabelecimento da sinalização horizontal em vias públicas após recapeamento asfáltico, estabelece prazo máximo, determina a implantação de sinalização provisória, e dá outras providências."

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, usando da atribuição que lhe confere o inciso IV, do art. 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

FAÇO SABER que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I :

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a restabelecer integralmente a sinalização horizontal de cruzamentos e vias públicas que tenham passado por serviços de recapeamento asfáltico, tapa-buracos ou qualquer intervenção que cubra a pintura viária, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da conclusão da obra.

Artigo 2º - Enquanto não for realizada a recomposição definitiva da sinalização horizontal, o órgão municipal competente deverá implantar sinalização provisória, com o objetivo de garantir a segurança viária, incluindo, no mínimo:

I – utilização de cones, cavaletes, balizadores ou outros dispositivos visuais adequados;

II – sinalização vertical provisória indicando preferencial, parada obrigatória ou advertência;

III – isolamento parcial do cruzamento, quando necessário, para redução de velocidade.



Artigo 3º - A sinalização provisória prevista no artigo anterior deverá ser instalada imediatamente após a conclusão do recapeamento, permanecendo até a execução da sinalização horizontal definitiva.

Artigo 4º - O descumprimento do prazo estabelecido nesta Lei caracteriza falha na prestação do serviço público, sujeitando o órgão responsável às medidas administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil do Município nos casos de acidentes decorrentes da ausência de sinalização.

Artigo 5º - A execução desta Lei ficará sob responsabilidade do órgão municipal de trânsito competente, atualmente a **Secretaria Municipal de Trânsito, Mobilidade e Transportes – SEMTRAN**, podendo atuar de forma integrada com a **Secretaria Municipal de Infraestrutura – SEINFRA**.

Artigo 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, não implicando criação de novas despesas, podendo ser executadas com recursos, contratos e equipes já existentes.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 12 de dezembro de 2025.

Everaldo Fogaça
Vereador PSD



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir a segurança viária e prevenir acidentes de trânsito em vias públicas do Município de Porto Velho que passam por recapeamento asfáltico.

É recorrente, em diversas regiões da cidade, a execução de obras de recapeamento que cobrem completamente a sinalização horizontal existente, especialmente em cruzamentos. A ausência temporária dessa sinalização cria uma falsa impressão de via preferencial, confundindo motoristas, ciclistas e motociclistas, o que eleva significativamente o risco de colisões e acidentes graves.

A falta de sinalização adequada, ainda que temporária, compromete a organização do trânsito e coloca em risco a vida dos usuários das vias. Por isso, o projeto estabelece prazo objetivo de 10 dias para a recomposição definitiva da sinalização horizontal, além de obrigar a adoção imediata de sinalização provisória, medida simples, de baixo custo e altamente eficaz.

Trata-se de uma ação preventiva, que evita acidentes, reduz custos com atendimentos de emergência, preserva vidas e melhora a qualidade do serviço público prestado à população.

Everaldo Fogaça
Vereador PSD



Assinado por **Everaldo Alves Fogaça** - Vereador - Em: 15/12/2025, 22:10:45